



A SOCIEDADE NÃO PODE ADMITIR RETROCESSOS
*Nomeação de condenado em primeira instância por peculato
é retrocesso absoluto e inadmissível.*

*“A corrupção dos governantes quase sempre começa
com a corrupção dos seus princípios.”
Monstesquieu (1689-1755).*

No último dia 22 de agosto a sociedade capixaba foi surpreendida pela nomeação do condenado em primeira instância por peculato, o Sr. José Carlos da Fonseca Júnior, para o cargo de Secretário-Chefe da Casa Civil.

Tão relevante quanto a função a ser desempenhada, contudo, é a gravidade das condutas que resultaram em sua condenação. A decisão da 1ª Vara da Justiça Criminal Federal, de 2011, afirma que o mesmo “cooperou dolosamente” para desvios, e determinou a perda do cargo de diplomata. Em nova decisão, de 24 de junho, o juízo afirma que o atual Secretário do Governo Paulo Hartung “não tem condições de permanecer no exercício de qualquer cargo público”.

Ao ressuscitar politicamente e trazer para a função mais estratégica do Governo Estadual um personagem com atuação considerada criminosa pela Justiça e umbilicalmente ligado ao “período de trevas” por que passou - ou passa - o Espírito Santo, o recado ao cidadão é claro: **a luta contra o crime organizado e contra a corrupção deve ser constante.**

O desprezo pela coisa pública e a entrega de cargos sem critério em troca de apoio político revelam a corrupção de princípios de quem nomeia.

Paralelamente, a nomeação para a Secretaria da Fazenda do ex-deputado e então Secretário-Chefe da Casa Civil, Paulo Roberto, denota desprezo por uma Secretaria em que o perfil técnico em momentos de crise deveria ser resguardado, contudo parece ser apenas mais uma etapa de um processo sombrio, já revelado meses antes, quando se extirpou da Constituição Estadual - sob o comando do Governo - o artigo que exigia transparência nos incentivos fiscais.

Em nome da ética e do respeito ao cidadão, sugerimos ao Senhor Governador que reveja as nomeações para que a sociedade, ao ler os jornais, não confunda o ano de 2016 com o ano 2000, quando um mesmo personagem - agora ressuscitado - atuava em nome do Estado.

Vitória, 23 de agosto de 2016.

Entidades reunidas contra a corrupção e a impunidade.